



**REGULAMENTO DISCIPLINAR**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º**

O poder disciplinar da Federação, exerce-se sobre todos os seus membros, conforme definidos nos Estatutos, dirigentes, praticantes, agentes de ensino, técnicos e, em geral, sobre todos os agentes desportivos que, encontrando-se associados na Federação desenvolvam a actividade desportiva compreendida no seu objecto estatutário, nos termos do presente regime disciplinar.

**Artigo 2º**

1. Todos os associados na Federação que, ao abrigo do artigo anterior, se encontrem sujeitos ao poder disciplinar desta, têm a mesma dignidade e são iguais perante os órgãos com poder disciplinar e quanto à aplicação das normas regulamentares.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de cargo, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

**Artigo 3º**

1. Ninguém pode ser punido disciplinarmente senão em virtude de norma anterior que declare punível a acção ou omissão.
2. Não podem ser aplicadas penas disciplinares que não estejam expressamente cominadas em norma disciplinar anterior.
3. Ninguém pode sofrer pena disciplinar mais grave do que a prevista no momento da correspondente conduta ou da verificação dos respectivos pressupostos de conteúdo mais favorável ao arguido.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO

4. Ninguém pode ser alvo de processo disciplinar mais do que uma vez pela prática da mesma infracção disciplinar.

### **Artigo 4º**

Na determinação da sanção, deverá atender-se a todas as circunstâncias, que deponham a favor ou contra o agente, mostrando-se a sanção adequada ao seu comportamento considerando, nomeadamente:

- a) O grau de ilicitude do facto;
- b) A intensidade do dolo;
- c) Os sentimentos manifestados no cometimento da infracção, os fins ou motivos que a determinaram;
- d) A conduta anterior ao facto e a posterior a este.

### **Artigo 5º**

Nenhuma sanção disciplinar poderá ser aplicada sem prévia instauração de processo disciplinar.

### **Artigo 6º**

- 1. A responsabilidade disciplinar é independente da civil ou criminal.
- 2. Pode, todavia, ser ordenada, oficialmente ou a requerimento do arguido, a suspensão do procedimento disciplinar até decisão a proferir em processo considerado prejudicial.

## **CAPÍTULO II DA INFRACÇÃO DISCIPLINAR**

### **Artigo 7º**

Comete infracção disciplinar qualquer dos membros da Federação, referidos no artº 1º deste regulamento, que, por acção ou omissão, violar dolosamente algum dos deveres decorrentes dos Estatutos, Regulamentos internos ou das demais disposições aplicáveis.



### **Artigo 8º**

As infracções graduam-se em leves, graves e muito graves.

### **Artigo 9º**

Comete infracção leve, aquele que, embora violando qualquer dever a cujo cumprimento esteja obrigado, não cause prejuízo relevante à Federação ou a outro associado, ou que, independentemente do prejuízo, não seja o bem protegido de relevante interesse.

### **Artigo 10º**

Comete infracção grave, aquele que, violando dever a cujo cumprimento esteja obrigado, cause prejuízo relevante à Federação ou a outro associado, ou que, independentemente do prejuízo, afecte de forma particularmente grave o bem protegido.

### **Artigo 11º**

Comete infracção muito grave, aquele que, violando dever a cujo cumprimento esteja obrigado, cause prejuízo grave à Federação ou a outro associado, ou que, independentemente do prejuízo, afecte de forma particularmente grave o bem protegido.

### **Artigo 12º**

Não são puníveis os actos praticados pelo infractor, quando este actue sem culpa ou por erro desculpável.

### **Artigo 13º**

São atenuantes todas as circunstâncias que antecedam, acompanhem ou sucedam a prática de uma infracção, diminuam a sua gravidade e efeitos, ou a culpabilidade do agente.





#### **Artigo 14º**

1. São agravantes todas as circunstâncias que antecedem, acompanham ou sucedem a prática de uma infracção, aumentem a sua gravidade e efeitos, ou a culpabilidade do agente.

2. São agravantes especiais:

- a) Ser o arguido membro de órgão federativo;
- b) Ser o arguido técnico ou agente de ensino;
- c) Ter sido cometido no estrangeiro;
- d) Ter sido cometido com premeditação;
- e) Ter sido precedida de ofensa, ameaça ou condições de fazer ou não alguma coisa;
- f) Haver reincidência ou sucessão de infracções;
- g) Haver acumulação de infracções.

#### **Artigo 15º**

Dá-se a reincidência quando o agente, tendo sido punido por uma infracção, comete outra da mesma natureza, antes de terem passado cinco anos sobre a anterior, ainda que tenha prescrito, ou sido perdoada.

#### **Artigo 16º**

Dá-se a sucessão quando o agente, tendo sido punido por qualquer infracção, cometer outra de natureza diversa, (ou cometer uma da mesma natureza), tendo passado mais de cinco anos entre a aplicação da primeira sanção e a perpetração da segunda.

#### **Artigo 17º**

Dá-se a acumulação de infracções, quando o agente comete mais de uma infracção na mesma ocasião ou, quando cometido uma, comete outra antes de ter sido punido pela anterior, por decisão transitada em julgado.



### **Artigo 18º**

A responsabilidade do infractor extingue-se pela prescrição, pela morte do agente e pela amnistia.

### **Artigo 19º**

O procedimento disciplinar extingue-se por efeito da prescrição, logo que sobre a prática da infracção sejam decorridos dois anos, ou logo que cesse o vínculo que ligue o infractor à Federação.

## **CAPÍTULO III DAS SANÇÕES DISCIPLINARES**

### **Artigo 20º**

As sanções disciplinares são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Repreensão;
- c) Multa até € 5000;
- d) Suspensão de 3 meses a 1 ano;
- e) Suspensão de 1 a 5 anos;
- f) Suspensão de 5 a 15 anos.

### **Artigo 21º**

Às infracções leves só serão aplicáveis as sanções referidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior.

### **Artigo 22º**

Às infracções graves serão aplicáveis as sanções previstas nas alíneas c) e d) do artigo 20º.



**Artigo 23º**

Às infracções muito graves serão aplicáveis as sanções previstas nas alíneas e) e f) do artigo 20º.

**CAPÍTULO IV  
DO PROCESSO**

**Secção I  
Da Instrução do Processo**

**Artigo 24º**

O procedimento disciplinar deve ser exercido, sob pena de caducidade, no prazo máximo de 60 dias após o conhecimento da infracção.

**Artigo 25º**

1. Na instrução do processo disciplinar deve o relator tentar atingir a verdade material, remover os obstáculos ao seu regulador e rápido andamento e recusar o que for impertinente, inútil ou dilatatório.
2. A forma dos actos, quando não esteja especialmente regulada deve ajustar-se ao fim em vista e limitar-se ao indispensável para o atingir.

**Artigo 26º**

1. Instaurado o procedimento disciplinar, após participação de qualquer órgão ou associado, é efectuada pelo Conselho de Disciplina, a um dos seus membros a distribuição, o qual será relator.
2. Cabe ao relator todos os actos de direcção do processo.

**Artigo 27º**

São admissíveis todos os meios de prova permitidos em direito.



### **Artigo 28º**

Autuado o processo, o relator colige todos os dados e provas e profere despacho de acusação ou de arquivamento dos autos.

## **Secção II**

### **Da Acusação e Defesa**

### **Artigo 29º**

1. O arguido é notificado da acusação, pessoalmente ou pelo correio, com entrega da respectiva cópia.
2. A acusação deverá conter, sob pena de nulidade insanável:
  - a) A identidade do arguido;
  - b) A exposição do facto ou factos imputados, bem como as circunstâncias da sua prática e as demais que possam servir para uma completa apreciação do comportamento do arguido;
  - c) As normas infringidas;
  - d) O prazo para apresentação da defesa.

### **Artigo 30º**

1. No despacho de acusação poderá ser ordenada preventivamente a suspensão do arguido, quando se verificar a possibilidade de prática de nova e grave infracção disciplinar ou a tentativa de perturbar o andamento da instrução do processo.
2. A suspensão não pode prolongar-se por mais de 3 meses e será sempre descontada na sanção de suspensão.

### **Artigo 31º**

1. Findo o prazo de dilação de 3 dias, contados da data da expedição pelo correio do despacho de acusação, tem o arguido o prazo de 10 dias úteis para responder.





2. Com a resposta indicará todos os meios de prova que pretenda que sejam considerados.
3. Durante o prazo para apresentação da defesa pode o arguido consultar o processo.

#### **Artigo 32º**

1. O relator mandará, então, proceder a todas as diligências probatórias, que se mostrem indispensáveis à descoberta da verdade.
2. Não podem, participante e arguido, indicarem mais de cinco testemunhas cada.
3. Os depoimentos prestados por testemunhas, peritos ou consultores são reduzidos a escrito.

#### **Artigo 33º**

Findas as diligências probatórias, o relator notifica participante e arguido para alegarem, sucessivamente, por escrito em 10 dias.

### **Secção III**

#### **Do Julgamento**

#### **Artigo 34º**

Juntas as alegações, ou decorrido o prazo para a sua apresentação, o relator leva o processo à sessão seguinte do Conselho e fará uma exposição sobre o processo.

#### **Artigo 35º**

1. Se todos os membros se declararem habilitados para julgar será proferido acórdão.
2. Caso entendam não se encontrarem ainda habilitados a julgar, poderão ser efectuadas outras diligências probatórias, que não hajam sido consideradas,





devendo, contudo, o processo estar concluído para decisão final em 20 dias úteis.

#### **Artigo 36º**

O acórdão será notificado por via postal ao participante e arguido.

#### **Secção IV**

#### **Do Recurso**

#### **Artigo 37º**

O recurso é interposto por meio de requerimento, com indicação das razões da discordância do acórdão recorrido, no prazo de 5 dias, contados da data da sua notificação, após decurso do prazo dilatatório de 3 dias.

#### **Artigo 38º**

O recurso é interposto no Conselho de Disciplina, com efeito suspensivo e subida nos próprios autos.

#### **Artigo 39º**

Autuado o recurso é distribuído pelo Conselho de Justiça a um dos seus membros, o qual será relator.

#### **Artigo 40º**

O relator prepara o processo e, na primeira sessão do Conselho, faz uma exposição sobre o mesmo e propõe decisão, a qual é dada por acórdão.

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 41º**

Os processos disciplinares são sempre julgados por três membros do Conselho onde o processo corra termos.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO

### Artigo 42º

1. Sendo o arguido membro do Conselho de Disciplina, o processo disciplinar será instaurado no Conselho de Justiça e seguirá a tramitação prevista nas Secções I a III do capítulo anterior.
2. Sendo o arguido membro do Conselho de Justiça e estando este órgão constituído apenas por 3 membros, será cooptado do Conselho de Disciplina o membro em falta para se conseguir julgamento.

### Artigo 43º

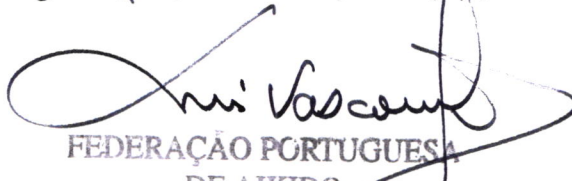
Sempre que a infracção se revestir de carácter contra-ordenacional ou criminal, o órgão disciplinar onde o processo haja sido instaurado deve dar conhecimento imediato às autoridade competentes.

### Artigo 44.º

#### **Norma revogatória**

É revogado o anterior regulamento disciplinar, aprovado por deliberação da Direcção de 27/4/2005

APROVADO EM REUNIÃO DE DIRECÇÃO DE 28 DEZEMBRO DE 2016

O Presidente d. FPA  
  
FEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DE AIKIDO  
Rua de Coimbra, 59-3.º Dto  
2775-539 CARCAVELOS